

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL**

EditalPROCESSO: 17.870/2018-e

ASSUNTO: Edital de Concurso Público.

PARECER: 0960/2018-CF

EMENTA: Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Consultor Técnico-Legislativo (diversas categorias), da Carreira Legislativa, do Quadro de Pessoal da CLDF. Edital n.º 02/2018. Conhecimento. Diligência. Demanda de candidato. Nova diligência. Cumprimento de diligência. Acompanhamento do certame. Parecer convergente.

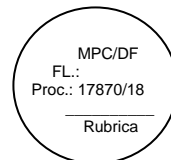
Retornam ao Ministério Público de Contas os autos que abordam o Edital n.º 02/2018, publicado no DODF de 30/05/2018 - Suplemento, que divulgou o concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Consultor Técnico-Legislativo (várias categorias), da Carreira Legislativa, do Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF.

2. A Corte, por meio da Decisão n.º 3.177/2018, deliberou:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Ofício n.º 367/2018 – GP e anexos (peça 10), encaminhado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, considerando parcialmente cumprida a diligência determinada pelo item II da Decisão n.º 3.177/2018; b) do Memorando n.º 123/2018 – Ouvidoria e anexos (peças 14/19), indeferindo o pleito nele contido, por insubsistência dos próprios fundamentos; II – determinar à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF que, no prazo de 5 (cinco) dias, relativamente ao Edital n.º 02/2018, publicado no DODF de 30.05.2018 – Suplemento, retifique: a) o subitem 5.2.1.1, para deixar consignado que a eventual nomeação de candidatos com deficiência obedecerá integralmente ao disposto na Decisão Normativa n.º 1/2018 – TCDF, tendo em vista que a redação conferida ao referido subitem pela retificação publicada no DODF de 11.07.2018 não atende ao quanto determinado pela Decisão n.º 3.177/2018; b) o subitem 13.13, de modo a deixar claro que a pontuação relativa a eventuais questões anuladas será distribuída, proporcionalmente, entre as demais questões das respectivas provas (no caso, conhecimentos gerais e conhecimentos específicos), tendo em vista que a redação conferida ao referido subitem pela retificação publicada no DODF de 11.07.2018 não atende ao disposto no art. 59 da Lei n.º 4.949/2012; III – autorizar o retorno dos autos à Sefipe/TCDF, para os devidos fins.”

3. A CLDF encaminhou Ofício n.º 443/GP e anexos (Peça 28), “mediante o qual esclarece que as determinações desta Corte foram levadas a efeito, conforme edital de retificação anexo ao expediente encaminhado, publicado no DODF de 10/09/2018. Com efeito, analisando esse edital, constata-se o cumprimento da diligência em apreço.”

4. A Unidade Técnica assim conclui:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL

4. *Dando continuidade ao acompanhamento do certame, juntamos aos autos o Edital nº 7/2018 (convocação para as provas, Peça 29), publicado no DODF de 29/08/2018, no qual não foram identificadas irregularidades.*

Ante o exposto, sugerimos:

I – tomar conhecimento: a) do Ofício nº 443/GP e anexos (Peça 28), encaminhado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, considerando cumprida a diligência determinada pelo item II da Decisão nº 4184/2018;

b) do Edital nº 7/2018, publicado no DODF de 29/08/2018 (Peça 29);

II – autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para os devidos fins.

5. Ante o exposto, o Ministério Público de Contas acompanha a conclusão do Corpo Técnico.

É o parecer.

Brasília-DF, 18 de outubro de 2018

Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira
Procuradora-Geral